

REFLEXÕES SOBRE O ITINERÁRIO FORMATIVO DOS PROFISSIONAIS TECNÓLOGOS EM ADMINISTRAÇÃO ATÉ A CONSTRUÇÃO DO PERFIL DA CATEGORIA PELO CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Fabíola Rocha Caldeira de Medeiros Rocha¹

RESUMO

Este artigo apresenta um resgate do itinerário formativo, percorrido pelos Tecnólogos em Administração até o momento em que o Conselho Federal de Administração (CFA) publica, em 2015 os resultados de seus estudos acerca do perfil, formação e oportunidades de trabalho destes profissionais. Do período em que a Reforma Universitária foi implementada em 1968 (LEI 5.540/68) até regulamentação da Reforma Trabalhista no Brasil em 2017 (LEI 13.467/17), os Cursos Superiores em Tecnologia (CST) ganharam na expansão do número de matrículas (INPEP/MEC, 2016). Entretanto, cerca de 47,08% dos profissionais, não estão satisfeitos com o atual estágio de suas carreiras, conforme aponta o CFA (2015). Duras críticas são direcionadas à sociedade brasileira por Carneiro (2015), sugerindo que esta, historicamente, aceita “uma educação de elite com qualidade acadêmica e teor propedêutico, e uma outra educação, ou na verdade, uma subeducação para os menos aquinhoados” – a escola rápida, sem qualquer qualidade. Impulsionado pela provocação deste autor, este trabalho oferece para debate acadêmico, algumas reflexões que transitam, aleatoriamente, por três eixos: os movimentos legislativos/regulatórios dos CSTs; as atuais exigências do setor produtivo; e o diálogo com o Ensino Superior. Respalhado por uma revisão bibliográfica e documental, não se tem pretensão de apresentar, de forma definitiva, respostas conclusivas e/ou afirmativas. Justificando, assim, o recuo, e a adoção do ensaio como alternativa para construção e amadurecimento do conhecimento neste campo.

Palavras-chave: Profissional Tecnólogo em Administração, Formação Profissional, Ensino Superior.

ABSTRACT

This article presents a rescue of the training itinerary, run by the Technologists in Administration until the Federal Council of Administration (CFA) publishes in 2015 the results of their studies about the profile, training and job opportunities of these professionals. From the period in which the University Reform was implemented in 1968 (LEI 5,540/68) until the Brazilian Labor Reform regulation in 2017 (LEI 13.467/17), the Superior Courses in Technology (CST) gained in the expansion of the number of enrollments (INPEP/MEC, 2016). However, about 47.08% of professionals are not satisfied with the current stage of their careers, according to the CFA (2015). Criticism is directed towards Brazilian society by Carneiro (2015), suggesting that it historically accepts "an elite education with academic quality and

¹ Especialista em Inteligência de Negócios, pela Universidade Federal do Paraná.
Email: Fabíola.caldeira.fc@gmail.com

propaedeutic content, and another education, or indeed, a sub-education for the less fortunate" - the school without any quality. Impelled by the provocation of this author, this work offers for academic debate, some reflections that travel, at random, through three axes: the legislative / regulatory movements of the CSTs; the current demands of the productive sector; and dialogue with Higher Education. Backed by a bibliographical and documentary review, it is not intended to conclusively present conclusive and / or affirmative answers. Justifying, therefore, the retreat, and the adoption of the test as an alternative for the construction and maturation of knowledge in this field.

Keywords: Professional Technologist in Administration, Professional Training, Higher Education

INTRODUÇÃO

Do período em que a Reforma Universitária foi implementada em 1968 (LEI 5540/68) até regulamentação da Reforma Trabalhista no Brasil em 2017 (LEI 13.467/17), o itinerário formativo do Tecnólogo em Administração sofre inúmeras interferências regulatórias que apoiam a construção do seu perfil pelo Conselho Federal de Administração (CFA) em 2015. Entretanto, estes marcos normativos/regulatórios não delimitam, de forma fechada, o caminho percorrido por este profissional tecnólogo considerado “especialista e preparado para atuar em vinte e cinco áreas da administração” (CFA, 2015), e, também, não explicam, em sua totalidade, os resultados da pesquisa publicada pelo CFA, em 2015, quanto ao grau de satisfação da categoria. Na referida edição, o CFA aponta que cerca de 47,08% dos profissionais pesquisados não se encontram satisfeitos com relação ao atual estágio de suas carreiras, sendo que significativos 22,27% gostariam de ser Administradores e 10,59% de ser um profissional de outra área”. Para compreender com mais profundidade este percurso de cinquenta anos e os resultados da pesquisa do CFA de 2015, é preciso ir além e fazer uma aproximação cruzada destes movimentos com as condicionantes que caracterizam nossa contemporaneidade – Um contexto de profundas rupturas sociais e transformações tecnológicas em larga escala.

Neste sentido, é importante observar que as relações de trabalho estão em pleno movimento durante a leitura deste artigo, caracterizando a Reforma Trabalhista como um processo prático que ocorre há mais tempo. Fenômenos como a transição da lógica industrial linear clássica para uma lógica de rede (descentralizada e pluralizada), o anseio das organizações por novas tecnologias e por profissionais multitarefas (dentro e fora das empresas), a racionalidade limitada e a incerteza ambiental, são aspectos que, caracterizam nossa sociedade contemporânea, e podem fornecer pistas acerca das possíveis interferências no grau de satisfação dos Tecnólogos em Administração, sugerindo que o debate acadêmico ocorra na mesma velocidade das mudanças estruturais da sociedade.

A partir do momento em que se põe em relevo esses aspectos, muitas questões surgem para reflexão do leitor, tais como: quais razões levam à insatisfação dos Tecnólogos, formados em alguma área da Administração, no que se refere ao o atual estágio de suas carreiras? Por que esses índices de insatisfação

superam negativamente a percepção de administradores (graduados como bacharéis)? Estes profissionais estão sendo preparados adequadamente pelas Instituições de Ensino Superior (IES) para questões como: cultura de rede, inovação, tecnologia, revolução comportamental e futuro do trabalho?

Meneghetti (2011), explica a opção pelo ensaio teórico, como uma alternativa que valoriza os aspectos qualitativos. Na visão do autor, grande parte dos cientistas sociais, políticos e sociólogos utilizam-se da forma ensaística para produzir reflexões sobre os acontecimentos mais relevantes da sua época (ROCHA, F.C.M, 2017). Contudo, o autor sugere, que este tipo de material deva ser direcionado a leitores que compreendam a sua importância na construção do conhecimento, e que sobretudo, “sejam livres de preconceitos”. (ROCHA, F.C.M, 2017).

Para facilitar a compreensão das ideias deste estudo, segrega-se o roteiro em três etapas. Inicialmente, apresenta-se o resgate do itinerário percorrido pelo do profissional tecnólogo, perpassando pelo contexto econômico/político, bem como pelos movimentos legislativos/normativos, transitando por alguns dos respectivos dados censitários. Na sequência, destacam-se alguns dos principais dados dispostos na pesquisa intitulada “Perfil, Formação, Atuação e Oportunidades de Trabalho do administrador (6º edição) e do tecnólogo (1º edição)”. Na última seção, estão organizadas as considerações finais.

O ITINERÁRIO FORMATIVO

Se a história dos cursos de administração (bacharelado) é curta no Brasil conforme aponta o CFA (2015), é possível afirmar que a trajetória oficial dos cursos superiores de tecnologia (CSTs) também é recente. Os movimentos no contexto econômico, político e social que ocorreram durante o regime militar, fomentaram o início dos CSTs no país. Neste período, a expansão do capitalismo para o mundo e, especificamente, para o Brasil, exigia fortes transformações no âmbito da política educacional nacional, o que implicaria em mudanças na legislação que regularia o setor (CHADDAD; CHADDAD, 2010). Neste cenário, os cursos de Engenharia de Operação e de formação de tecnólogos, ambos com três anos de duração, surgiram no final dos anos 60 e início dos anos 70, no âmbito do sistema federal de ensino e do setor privado e público (Parecer CNE/CES 436 /2001), dando início, também, a trajetória dos cursos superiores em tecnologia nos campos da Administração.

Esta nova política educacional – nascida no berço do regime militar, fruto de um projeto político de modernização e fortemente relacionada ao modelo econômico capitalista – visava oferecer uma formação de nível superior que atenderia a urgência por mão-de-obra técnica e especializada em processos industriais, voltada para implementação de subsidiárias de multinacionais americanas (SAVIANI *et al.*, 2001). Concomitantemente ao processo de fornecimento de mão de obra adequada ao capital, intencionava-se, também, reduzir as pressões da sociedade por vagas nas universidades, bem como, a abolição da cátedra e a autonomia universitária (CARNEIRO *et al.*, 2015).

Conforme os autores Flavio Chaddad e Marcela Chaddad (2010) entre os anos de 1953 a 1973, o comércio mundial cresceu a uma taxa de 8%, e a economia americana enxerga um campo aberto para o seu domínio capitalista. Em contrapartida, o Brasil, apesar do seu projeto de modernização da agricultura, como

estratégia de desenvolvimento do setor primário, enfrenta uma industrialização dependente do capital externo, “deslocando a miséria do campo para as grandes cidades”. Brandão (2009), em seus estudos com a mesma tônica, aponta que o Brasil passava a ser “o país da periferia capitalista” e sinaliza que o seu processo de industrialização ocorre pelo menos desde o final da década de 1930 e início dos anos de 1940.

Machado *et al.*, 2008 assevera que o projeto abonava as universidades e os estabelecimentos isolados a organizarem conteúdos além daqueles correspondentes às profissões reguladas em lei. Permitindo que tais cursos, segundo área abrangida, pudessem apresentar modalidades e duração diferentes, desde que atendessem às expectativas do mercado de trabalho. Neste sentido, a autora destaca que a característica referente a curta duração passou a ser o principal indicador para a identificação da modalidade no país – permanecendo, ainda, como um forte referencial segundo Carneiro (2015).

Em 1973, o Parecer nº CFE 1.060/73 registrou a denominação de “cursos superiores de tecnologia”, e seus diplomados tecnólogos (TAKAHASHI, 2010). Caracterizados por sua duração reduzida, currículos flexíveis e imediatamente aplicáveis, os cursos Superiores em Tecnologia consolidam-se nesta década - Um período considerado marcado pela “profusão de documentos analíticos e normativos, tais como: expedição e o registro de diplomas, o reconhecimento de cursos, a caracterização de habilitações e a aprovação de planos de cursos”, bem como pela transformação de escolas técnicas Federais em Centros de Educação Tecnológica (MACHADO, 2008; BRANDÃO, 2010; TAKAHASHI, 2010).

Machado (2008) aponta um aspecto que se assemelha com a realidade enfrentada na atualidade pelos tecnólogos: ao final dos anos 70 os egressos dos CST já enfrentavam dificuldades para se estabelecerem no mercado de trabalho não só pela falta de oportunidades para tecnólogos, mas por um possível corporativismo segregacionista dos conselhos e associações profissionais. E, por indicação do Parecer CFE nº 4.434/76 o curso de Engenharia da Produção foi extinto, dando lugar ao curso de Engenharia Industrial de duração plena.

A partir da segunda metade da década de 1990 a regulamentação da Lei 9.394/96, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em sua versão terceira, fruto de uma gestão legislativa complicada, “enraizada em vários governos marcados por fortes contradições ideológicas e ambientada em contextos de correlações de forças ora emancipatórias e ora paralisantes”, segundo Carneiro (2015), instituíram as diretrizes curriculares nacionais gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia, fundamentados pelo Parecer CNE/CP 436/2001, impulsionando, assim, a demanda por CSTs no Brasil.

Diante de todo o aparato regulatório, os CSTs se estabelecem como cursos de graduação (uma das modalidades de nível superior), viabilizando o profissional tecnólogo quanto à obtenção de diploma, permitindo o seu posterior ingresso em cursos de pós-graduação para alcance de título de especialização (*lato sensu*) ou de mestrado e de doutorado (*stricto sensu*), SISTEMA CFA/CRA (2012). Desde então, conforme os dados capturados pelo último recenseamento demográfico, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) entre 2006 e 2016, demonstram o crescimento dos CSTs no Brasil.

Takahashi (2010), em sua pesquisa sobre as implicações da expansão da modalidade de ensino superior em Administração no Brasil, observa limitações na identificação dos dados recentes quanto ao número exato de instituições, cursos e alunos na área de Administração, o que prejudica uma leitura mais aprofundada do cenário – Dificuldade também percebida no desenvolvimento desta pesquisa. Contudo, conforme a própria autora, de modo geral, fica claro que a área de administração tem predominância na opção de escolha da grande área de atuação. Este dado é percebido também nos dados do último recenseamento apresentado pelo INEP em 2016: Ciências Sociais, Negócios e Direito concentram 56% das matrículas oferecidas pela rede pública e privada.

O REGISTRO E O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

A educação profissional possui longa história nos textos normativos do ensino brasileiro, sendo possível afirmar que a implantação do ensino industrial, comercial e agrícola entre os anos de 1942 e 1946 insere a modalidade na legislação nacional, conforme anota Carneiro (2015). Contudo, este ensaio recupera o percurso regulatório dos CSTs, a partir do primeiro período da expansão do comércio mundial, perpassando por movimentos mais recentes, como a regulamentação do registro do profissional tecnólogo em Administração pelo CFA, em 1978 e 1989 (CFA/CRA, 2012).

Para este marco, cabe atenção ao longo período que os concluintes dos CSTs percorrem até a possibilidade de obter seus registros no CFA. Somente a partir de 2009, com a reedição das suas resoluções normativas, o CFA reafirma seu posicionamento como órgão orientador, fiscalizador e disciplinador do exercício profissional nos campos da Administração, e, concomitantemente, impulsiona o crescimento de sua base de profissionais registrados.

Em outros trechos do documento, ainda acerca dos aspectos relacionados a formação, competências e atribuições do profissional tecnólogo, o CFA reforça que “a legislação educacional não estabelece limites para atuação profissional, e tal competência é exclusividade dos Conselhos de Fiscalização do exercício profissional mediante suas respectivas leis de regência”. Advertindo ainda que, conforme determinação legal, os objetivos dos cursos superiores que formam estes profissionais “não devem ter abrangência geral, ou seja, não poderão conter todas as áreas pertencentes ao campo de conhecimento às quais o curso é correlacionado”, e que as instituições de Ensino superior (IES) devem seguir os eixos tecnológicos definidos no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, desenvolvido pelo Ministério da Educação.

Em complemento, respaldado pelo Parecer CNE/CP nº 436/2001, o documento avigora que o profissional deve ter formação específica para “aplicação, desenvolvimento, pesquisa aplicada e inovação tecnológica e difusão de tecnologias; gestão de processos de produção de bens e serviços e desenvolvimento da capacidade empreendedora”.

O PERFIL DO PROFISSIONAL TECNÓLOGO EM ADMINISTRAÇÃO

Desde 1995, o sistema CFA/CRAs, reanalisa cenários e identifica tendências por meio da prospecção de dados e da elaboração de diagnósticos que são divulgados com periodicidade bienal, para bacharéis em Administração. Em 2015, pela primeira vez, os profissionais Tecnólogos em alguma área da Administração foram incorporados ao seu estudo, cujo o título do estudo foi alterado para “Pesquisa Nacional Perfil, Formação, Atuação e Oportunidades de Trabalho do Administrador (6ª Edição) e do Tecnólogo (1ª Edição)”.

Conforme divulgado pelo CFA, a edição em apreço (realizada de Abril a Novembro de 2015), caracteriza-se pelo cunho quantitativo descritivo conclusivo, e em sua fase quantitativa é marcada como censitária e com múltiplos objetivos. Apoiada pela Fundação Instituto de Administração (FIA), teve quatro públicos-alvo: Administradores, Tecnólogos em determinadas áreas de Administração, Coordenadores/Professores de cursos de Administração e Empresários/Empregadores. Sumarizando, os passos adotados pelo CFA/CRAs para concepção do relatório foram: 1) análise dos dados secundários (realização de levantamento da base de dados no CFA e CRAs, publicadas ou não, nos relatórios de pesquisas anteriores); 2) entrevistas em profundidade com as lideranças empresariais; 3) realização de dezoito reuniões de grupo nas cinco regiões do país); 4) aplicação de questionários, via internet, com expedição de 1.312.767 e-mails em cinco ondas, dirigida aos quatro públicos-alvo, cuja a amostra bruta de 25.050 respondentes, sendo que no processo de validação, foram desconsiderados 4.474 questionários em razão de inconsistências, resultando, ao fim, em 20.576 questionários válidos, (CFA/CRAs, 2015).

Em suas páginas iniciais, especialmente, as que introduzem o capítulo que apresenta os resultados da pesquisa para os profissionais Tecnólogos em alguma área da Administração, o documento do CFA conclui, sobre a identidade do Tecnólogo em Administração: “Profissional especialista, planejador, coordenador e organizador com visão em sua área específica”. Detalhamento, disposto na Tabela 1.

Tabela 1 - Características da Identidade (respostas múltiplas com escolha limitada a três opções).

OPÇÃO	2015*(%)
Especialista	40,14
Visão focada em área específica	38,72
Planejador em área específica	35,1
Coordenador em área específica	30,3
Organizador em área específica	25,25
Foco em atividade	20,27
Executor	19,01
Colaborador	17,86
Não sei e outras	6,86

Fonte: CFA/CRAs – Pesquisa Perfil, Formação, Atuação e Oportunidades de Trabalho do Administrador e do Tecnólogo - 2015.

Em complemento, o relatório afirma que a maioria dos tecnólogos pesquisados é do sexo masculino (69%), casado (55%) e com dependentes (66%); tem idade entre 36 e 40 anos; é egresso de universidades particulares (91%); concluiu o Curso Superior de Tecnologia entre 2006 e 2011 (46%) na área de Processos Gerenciais e/ou Gestão de RH; trabalha em empresas privadas de grande porte e no setor industrial; ocupa cargo de Gerência ou Analista; atua nas áreas de Administração e Planejamento Estratégico; tem Carteira Profissional assinada; possui renda média individual mensal de seis salários mínimos; é registrado no Conselho Regional de Administração, (CFA/CRA, 2015).

ASPECTOS DA FORMAÇÃO

A referida pesquisa busca analisar o nível de aprimoramento dos conhecimentos específicos, competências, habilidades e atitudes que formam o perfil do tecnólogo, intencionando avaliar os limites que compõe o espaço de atuação da categoria, bem como, identificar oportunidades de trabalho e desenvolvimento de setores do mercado de trabalho, visando o seu respectivo aprimoramento. Sobre a opção pelos CSTs em determinada área da Administração, o relatório aponta os cinco principais motivos apontados pelo tecnólogo no que se refere ao desempenho: já atuam na área e desejam aprofundar conhecimentos (21,02%); formação focada e direcionada para uma área de conhecimento específico da Administração (16,41%); complementação para o desenvolvimento profissional (12,93%); vocação (12,27%); existência de um amplo mercado de trabalho (10,46%). E, no que se refere a avaliação do curso, os Tecnólogos avaliam positivamente os seus cursos de graduação (91%), considerando os atendimentos às suas expectativas em nível total e satisfatório – taxa superior à percepção dos Bacharéis em Administração (85,55%). Em termos de aperfeiçoamento, 51% dos Tecnólogos já participou de cursos de especialização e, em especial, na área da Administração, o que demonstra o interesse desses profissionais na complementação de seu processo de graduação. Especialização (inclui MBA) (70,18%); Outra Graduação, 12,96%; Outro: 7,44%; Mestrado Profissional 3,56%; Mestrado Acadêmico 2,91%; Outro Curso Superior de Tecnologia 2,24%; Pós-doutorado 0,71%. (CFA/CRA, 2015).

CONHECIMENTOS, COMPETÊNCIAS, HABILIDADES E ATITUDES

Na fase qualitativa da pesquisa, os Tecnólogos foram perguntados sobre os requisitos fundamentais que determinam seu desempenho profissional em termos de conhecimentos, competências, habilidades e atitudes. Será possível observar, na tabela 2, que conforme as respostas dos profissionais os principais conhecimentos percebidos voltam-se para administração de pessoas e capacidade de promover soluções na esfera financeira. No que se refere às competências, destaca-se a capacidade de identificação e soluções de problemas, logo atrás de mediação de conflitos. Os dados ponderados no estudo, apontaram as principais habilidades

percebidas no Tecnólogo situam-se na capacidade de se relacionar, e as atitudes mais valorizadas pela categoria são o comportamento ético e comprometimento.

Tabela 2 - Resumo dos requisitos que determinam desempenho dos profissionais

CONHECIMENTOS	Administração de pessoas (76%); orçamentária e financeira (60%); a logística (44%)e a administração de vendas marketing (38%)e sistemas da informação (36%).
COMPETÊNCIAS	Identificação e solução de problemas (82%); a negociação e mediação de conflitos (70%); as ações de planejamento, organização, direção e controle (67%); e o desenvolvimento de raciocínio lógico, crítico e analítico sobre sua área de atuação (65%) e a elaboração e interpretação de cenários (60%).
HABILIDADES	Capacidade de se relacionar (83%), no exercício de liderança (76%), e na criatividade e inovação (74%), sendo também percebida a adaptação à transformação (68%) e a aplicação de novas técnicas (63%).
ATITUDES	Comportamento ético (86%), o comprometimento (83%) e o profissionalismo (77%). Assim como, a proatividade (73%) e a motivação (75%).

Fonte: CFA/CRA's – Pesquisa Perfil, Formação, Atuação e Oportunidades de Trabalho do Administrador e do Tecnólogo - 2015.

EMPREGABILIDADE

Do total de Tecnólogos pesquisados, constata-se que 52,5% exerciam atividades no setor privado, 31,8% no setor público e 15,7% estavam desempregados - Dos 199 Tecnólogos desempregados, 49% usaram a justificativa de que “o mercado está em baixa”. Entre os cargos ocupados pelos Tecnólogos, os cinco principais são: Gerência 13,58%; Analista 12,71%; Coordenação 10,92%; Técnico 8,97%; Supervisão 8,95%, (CFA/CRA's, 2015).

A ligação linear entre qualificação e empregabilidade contornam várias etapas da pesquisa do CFA em 2015. Kober (2004) em seus estudos sobre qualificação profissional, lança indagação provocativa e pertinente ao tema: “A qualificação seria vacina contra o desemprego?” Ainda com a mesma tônica, em outros trechos de sua pesquisa, a autora assevera ser falsa a indagação: “a escola prepara ou não para o trabalho?” Retomando o motor inicial deste ensaio, ou seja, o de compreender as possíveis interferências no grau de satisfação dos tecnólogos em Administração com o atual estágio de suas respectivas carreiras, caberia nesta etapa novas reflexões: é possível identificar uma relação de causalidade direta entre formação profissional e satisfação com a carreira? Que outros aspectos poderiam influenciar a percepção dos tecnólogos?

NÍVEL SATISFAÇÃO COM A CARREIRA

Como tentativa de identificar o grau de satisfação com o atual estágio de suas carreiras, a edição de 2015 em avaliação, publicada pelo CFA, apresentou aos Tecnólogos, a seguinte questão para reflexão: “quando você decidiu cursar o Curso Superior de Tecnologia levou em consideração a situação da época. Se tivesse que tomar essa decisão hoje, o que você faria?”. E, visando alcançar o mesmo objetivo, o CFA apresenta-nos mesmos moldes a questão aos Bacharéis: “quando você decidiu cursar o Bacharelado em Administração levou em consideração a situação da época. Se tivesse que tomar essa decisão hoje, o que você faria?”. Para fins reflexivos, expõe-se na Tabela 3, as respostas concedidas por ambas.

Tabela 3 - Quadro de respostas sobre o grau de satisfação com a carreira

TECNÓLOGOS EM ADMINISTRAÇÃO		BACHARÉIS EM ADMINISTRAÇÃO	
OPÇÃO	2015* (%)	OPÇÃO	2015* (%)
Faria o mesmo Curso Superior de Tecnologia.	52,92	Faria o mesmo Curso Bacharelado em Administração	65,87
Faria um curso de Bacharelado em Administração	22,27	Faria um curso em outra área que não em Administração	24,41
Faria um curso em outra área que não em Administração	10,59	Não sei.	6
Faria um novo curso superior em Tecnologia em determinada área da Administração	9,96	Faria um novo curso superior em Tecnologia em determinada área da Administração	3,72
Não sei.	4,26	Total	100
Total	100		

Fonte: CFA/CRAs – Pesquisa Perfil, Formação, Atuação e Oportunidades de Trabalho do Administrador e do Tecnólogo - 2015.

A partir das respostas concedidas pelos tecnólogos acerca da referida questão, o CFA afere que “cerca de metade dos Tecnólogos participantes da pesquisa não estão satisfeitos com o atual estágio de suas carreiras, sendo que significativos 22,27% gostariam de ser Administradores e 10,59% de ser um profissional de outra área” (CFA/CRAs, 2015). Contudo, quando apresentada a mesma questão aos Bacharéis em Administração, apesar dos indicadores muito próximos, conforme disposto na tabela 3, a conclusão não se assemelha. Se, por um lado, o resultado mostra que a maioria dos Administradores decidiria fazer o mesmo curso que fez há alguns anos atrás, diante de uma situação da época, é preocupante verificar que 24,41% resolveria o contrário e buscaria outra profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do período da Reforma Universitária de 1968 até a Reforma Trabalhista no Brasil em 2017, o profissional tecnólogo em Administração percorre um longo caminho em busca de sua consolidação. O Conselho Federal de Administração, na condição de órgão normativo, consultivo, orientador e disciplinador, oferece importantes contribuições para a consolidação da trajetória formativa do profissional tecnólogo, mais fortemente, na última década. A primeira delas, em 2009, diz respeito a reedição das suas resoluções normativas, que ampliaram o acolhimento dos profissionais tecnólogos em sua base de registros. Em 2012, a publicação do Guia do Profissional Tecnólogo, documento que descreve todos os aspectos relacionados com o exercício e o registro profissional. E, em 2015, incorpora os profissionais Tecnólogos aos seus estudos que analisam o mercado e tendências, em alguma área da Administração, e constrói a identidade do profissional Tecnólogo.

Após a incorporação da categoria em seus os estudos, o CFA (2015), conclui que os profissionais tecnólogos têm seu potencial desconhecido pelos empresários que participaram da pesquisa, e, por isso, poucos os solicitam quando fazem contratações. Takahashi (2010), em suas reflexões sobre o ritmo de expansão dos CSTs, já conferia perdas e ganhos demarcados pela dificuldade de sua implantação e legitimação no país. Por outro lado, curiosamente, observava que mesmo representando uma participação menor, a taxa de crescimento dos CSTs era superior à taxa de crescimento dos cursos de bacharelado. Movimento reafirmado pelos dados do INEP em 2016: “(...) nos últimos dez anos, entretanto, o número de alunos em cursos de licenciatura cresceu apenas 43,5%, quase dobra o número de alunos de bacharelado e nos cursos tecnológicos o aumento foi de quase 150%”.

Esta pesquisa não pretendeu apresentar, de forma definitiva, respostas conclusivas e/ou afirmativas acerca das possíveis interferências no grau de satisfação dos tecnólogos em Administração. Questionamentos aleatórios, sem direção exata e sem preocupação de oferecer uma resposta conclusiva final, foram o mote deste trabalho. Neste sentido, durante o levantamento do referencial documental e bibliográfico observou-se que muitos estudos enfatizam o instrumental legal e os interesses econômicos e políticos em disputa, normalmente atrelados aos dados censitários. De fato, para enfrentar-se as questões atuais é necessário que seja feita uma recuperação da história da modalidade de ensino, perpassando pelo contexto político, econômico e regulatório, bem como o recenseamento demográfico correlato. Entretanto, poucos estudos oferecem as perspectivas do profissional tecnólogo como referência para modelagens de novos projetos de ensino, levantando a discussão sobre o que está sendo produzido no campo, de fato, estaria comprometido com as mudanças sociais e econômicas.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, M. Curso de Engenharia de Operação (anos 1960/ 1970) e sua relação histórica com a criação dos CEFETs. **Revista Brasileira Da Educação Profissional E Tecnológica**. v. 2, n. 2. Brasília: MEC, SETEC, 2009.

BRASIL. Lei nº 5540/68, de 28 de novembro de 1968. **Fixa normas de organização e Funcionamento do ensino superior no Brasil**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, 1968.

BRASIL. LDB/Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional**. 9. Ed. Brasília: Câmara Federal/Coordenação de edições da Câmara, 2014. 9.394/96, de

CARNEIRO, M. A. *et al.* **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo**. Edição 23, revista e ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CFA (CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO). **Perfil, Formação, Atuação e Oportunidades de Trabalho do administrador e do tecnólogo, CFA 2015**. Disponível em: <<http://pesquisa.cfa.org.br/grep/home/>>. Acesso em: 17 dez. 2017

CHADDAD, F. R.; CHADDAD M.R. A educação no Brasil no contexto da LEI 5540/68. **Revista Científica Faculdades Integradas De Jaú**, v.7, n.1, 2010.

KOBER.C. M. **Qualificação Profissional: uma tarefa de Sisifo**. Campinas, SP: Autores Associados. 2004.

INEP (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS). Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior. **Censo da Educação Superior, 2016**. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 17 dez. 2017.

MACHADO, L. R. S. *et al.* O profissional tecnólogo e sua formação. **Revista da RET – Rede de estudos do trabalho**, Ano II, 2008.

MELLO, L. S. **Guia de orientação profissional do Tecnólogo em determinada área da Administração**. Brasília/DF. CFA/CRAS, 2012.

MENEGHETTI, K.F. O que é um ensaio-teórico? *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v.15, n. 2, p. 320-332, mar./abr. 2011.

MEC (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO); CNE (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO). **Parecer CNE/CES 436/2001**. Brasília: MEC/CNE, 2001.

SAVIANI, D. *et al.* **A Nova Lei da Educação (LDB): Trajetórias e Limites**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2001

TAKAHASHI, A. R. W. Cursos superiores de tecnologia em gestão: reflexões e implicações da expansão de uma (nova) modalidade de ensino superior em Administração no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v.44, n.2, p.385-414, mar./abr. 2010.